

Oxigênio no tubo

23 JAN 1984

Na gíria americana, «jumbo» é apelido de elefante, de coisa grande, de jogo duro. No caso brasileiro, esse «jumbo» financeiro de US\$ 6,5 bilhões, montado tijolo com tijolo num desenho mágico, diria Chico Buarque, constitui o maior contrato de crédito já firmado na história atribulada do capitalismo internacional. De um lado, pelo valor da operação, dinheiro suficiente para a construção de 330 quilômetros de metrô na cidade do Rio de Janeiro. Ou equivalente aos gastos do Brasil, este ano, com a importação de petróleo.

De outro, pelo número de credores empenhados no mesmo empréstimo a um único mutuário, já devidamente patrulhado pelo Fundo Monetário. São mais de 650 bancos na direta, com mais uns 200 de segunda linha, via repasse, na indireta.

Nosso «jumbo», pois, vai para o livro de recordes do Guinness.

Uma façanha bancária que a gente comete entre dois sorrisos amarelos, essa de colocar banqueiros americanos, europeus e japoneses literalmente em fila indiana, assinando a renovação da nossa esquadrilha de «pagaios» empinados nos cofres do mundo.

Ruim com o «jumbo», pior sem o dito. Estamos engordando a dívida lá fora de exatamente US\$ 6,5 bilhões, com um realimentador furioso dentro dela: uma taxa de juros de mercado, com sobrecarga de 2% acima do patamar da «libor» (juro bancário da Europa Ocidental, que flutua no calcanhar da «prime rate», a taxa americana).

O lado bom: cinco anos de carência, com mais nove anos para zerar o principal. Coisa para 1998.

De certa forma, é transfusão de sangue tirado do braço esquerdo e injetado no braço direito do mesmo paciente desmaiado, operação digna da UTI do FMI. Tecnicamente, o Brasil sacou ontem no guichê 21 e depositou no guichê 22, com direito a um cafezinho de garrafa térmica do gerente entediado.

Menos mal, nos salões do Hotel Pierre, em Nova Iorque, conseguimos fechar o balanço de pagamentos do ano que passou, ganhando algum oxigênio para

rolar as contas no trimestre que virá.

No mais tardar em abril, provavelmente na Sexta-Feira da Paixão, que é do ramo, estaremos de novo na angústia de todo um povo, escalando o calvário da crucificação internacional do Brasil hipotecado.

Antes, o Brasil rolava a dívida, tomando crédito do banco júpiter para honrar a promissória no banco Saturno. Desde setembro de 1982, data do «feriado bancário» sem fronteira, não mais estamos conseguindo rolar a conta lá fora nem enrolar a obra aqui dentro.

O «jumbo» de US\$ 6,5 bilhões é a primeira injeção líquida de crédito externo nas veias do Brasil movido a dólar, afastando o desastre físico, com sequela política, do colapso cambial — o fatal.

Em outubro, por exemplo, circulando pela Ásia em giro de 30 dias, não consegui falar por telefone nem despachar o telex de jornal sem o competente pagamento (em «cash») no balcão do hotel ou na agência do serviço postal. Nem com o cartão de crédito internacional, para jornalista, honrado pela Embratel.

Nas asas do «jumbo» tripulado por William Rhodes, executivo financeiro de Nova Iorque, os 130 milhões de brasileiros endividados (cada cidadão brasileiro está devendo lá fora, rigorosamente, 777 dólares, número realmente bonito) poderão respirar aliviados no Carnaval e na Quaresma: não teremos a capitulação cambial, não faremos o racionamento geral, não embarcaremos na rota da implosão social do projeto político, que resiste de teimoso por sobre os escombros do sistema econômico.

Escapamos do dezembro negro, podemos escapar do março negro. Por algum tempo de sobrevida, no bloqueio da dívida, o Brasil pode parar de fazer contas e voltar a fazer obras.

No mais, o suspiro desconsolado de um burocrata afinado, o presidente do Banco Mundial, nosso maior credor isolado.

Durante simpósio de Finanças, quinta-feira, em Zurique, Auden Clausen juntou as mãos no peito, em tom de comisseração (ou de remorso) e largou o discurso:

«Nos últimos cinco anos de juros extorsivos, os devedores acabaram saqueados pelos devedores no rabo-de-foguete de uma transferência e acumulação de renda (do pobre para o rico) mais profunda e mais perversa que a das duas ondas de choque do petróleo».

Claro, meu caro Clausen. Nos barris, paga-se mais por alguma coisa. Nos juros, paga-se mais por coisa nenhuma.

Otimista, Mr. Clausen admite que a tragédia do Terceiro Mundo, duramente atingindo pelas ogivas atômicas dos juros de mercado, parafusados no mariz dos foguetes teleguiados da dívida (contratada nos anos 70), exige reparos com duração de dez anos, contados a partir de hoje.

Dez anos ou dez décadas?

O Terceiro Mundo, Brasil no meio, não pode pagar a dívida real, se espoliado nos juros. Os bancos não querem entender isso. Ou disfarçar isso. Quem parece não entender a coisa é o próprio Brasil, que se compromete, no «jumbo» de ontem, com os juros mais caros e o mercado mundial, hoje — a taxa «libor» do dia mais dois por cento...

Com Delfim ou sem Delfim, nossa dívida é do tipo rosca-sem-fim. Maior a carga do juro, maior a inviabilidade cambial de um Brasil fisicamente viável — e politicamente idem.

Well, estamos salvando o Brasil do Carnaval, da Quaresma e do futebol, que hoje retoma o Campeonato Nacional em Maracanã iluminado.

Para tanto, estamos contratando a máquina sanguessuga do juro de mercado, da marca «jumbo», que nos chupará o sangue cambial até 1998, com toda essa potência festejada de 6,5 bilhões de HPs.

Crédito internacional, como reconhece o presidente do Banco Mundial, deixou de ser, desde 1967, uma simples desova, sem alternativa, da poupança ociosa, sem mercado doméstico, dos países opulentos. Desde então, especialmente nos últimos quatro anos, crédito de rico para pobre virou máquina de fabricar juros, os mais altos do planeta, o melhor negócio do mundo, bem melhor que produzir e exportar petróleo.

Petróleo dá trabalho, leva tempo e tem risco de fogo.